

Redes e Territórios: da interconexão à multiterritorialidade¹

Allan CANCIAN Marquez²

Ricardo AIOLFI Barone³

Fábio Luiz MALINI de Lima⁴

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

O advento da internet e de suas novas tecnologias da informação e comunicação reformulou a relação que os indivíduos tinham com o território e com as redes criadas a partir dele. Essa revolução permitiu amplificar o contato das sociedades com o mundo, contribuindo para uma ressignificação das territorialidades e para o nascimento de novos territórios híbridos que unem o espaço físico e o digital. Sendo assim, o presente trabalho tem como intuito apresentar as noções conceituais sobre rede e território, bem como outras teorizações implícitas a cada uma delas, seus desdobramentos e implicações metodológicas.

PALAVRAS-CHAVE: tecnologias da informação e comunicação; redes sociais; território; internet; multiterritorialidade.

Redes e capital social: teorizando sobre o fluxo informacional na sociedade em rede

Possibilitados por meio da internet, a sociedade consegue criar conexões com pessoas longe de seus círculos familiares e sociais, não sendo difícil ir ainda mais longe

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade) pela mesma instituição. Bolsista da Capes, integrante do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic). E-mail: allancancian@gmail.com.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela mesma instituição. Bolsista da Capes, integrante do Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) e do grupo de pesquisa ComRioComMar. E-mail: ricardoaiolfi@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde também coordena o Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic). E-mail: fabiomalini@gmail.com.

para interagirem com populações de culturas e estilos de vida totalmente diferentes dos seus. A conexão das pessoas em redes de convívio e interação existe desde muito antes da ciência nos apresentar a infraestrutura descentralizada que é a internet, mas foi graças a este ciberespaço⁵ (LÉVY, 1999) que conseguimos extrapolar os limites geográficos de nossas redes pessoais para interagirmos com pessoas de outras cidades, estados ou países. Segundo Lévy, essa nova realidade surgiu como um “novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 32).

A complexidade de definir “rede” deu ao termo variados conceitos entre diferentes disciplinas, todas partindo de metáforas que a relacionam ao intercâmbio cultural e troca de informações. Por meio desses conflitos entre diferentes correntes nas ciências sociais, criou-se alguns pares dicotômicos, como por exemplo a noção de indivíduo/sociedade; ator/estrutura; abordagens subjetivistas/objetivista; e enfoques micro ou macro da realidade social, cada qual com uma ênfase analítica em alguma das partes (MARTELETO, 2001). Assim sendo, se para as Ciências Sociais podemos compreender rede como um conjunto de relações sociais que ocorrem entre um aglomerado de atores, bem como na associação de perfis poucos institucionalizados (COLONOMOS, 1995), para a Antropologia Social a ideia de redes sociais se baseia na “análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias” (BARNES, 1987, p.163).

Sobre a diversidade das relações sociais, Marteleto (2010) identifica, a partir da análise de literaturas das Ciências Sociais, a existência de dois diferentes tipos de redes: as *redes primárias*, responsáveis por conter as interações cotidianas entre pessoas muito próximas (família, amigos, colegas de trabalho, etc), sendo estes processos autônomos, espontâneos e informais; e as *redes secundárias*, provenientes da atuação coletiva de grupos, organizações e movimentos em defesa de interesses comuns, onde se há a troca de informações para a constituição de uma determinada causa (MARTELETO, 2010, p.

⁵ Pierre Lévy conceitua ciberespaço como o “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”, além de salientar que “o termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (LÉVY, 1999, p. 11). Já o conjunto de técnicas, atitudes, valores e modos de pensamento desenvolvidos pelas pessoas no ciberespaço, o autor vem chamar de cibercultura.

30-31). Para a autora, muitas dessas redes secundárias são criadas tendo a solidariedade e o apoio/compromisso social como principais norteadores de seus grupos.

Podemos usar a pesquisa de Souza e Quandt (2008) como complemento das definições apresentadas por Marteleto (2010), pois para os pesquisadores as redes sociais podem assumir diferentes formatos e níveis de formalidade ao decorrer do tempo. Para os autores, as redes surgidas em torno de objetivos políticos, econômicos, culturais, entre outros, não necessariamente apresentam as mesmas características uma das outras. “Redes de origem cultural, por exemplo, tendem a ser mais coesas que redes de origem econômica, as quais podem envolver grandes distâncias geográficas” (SOUZA, QUANDT, 2008, p. 32).

O que as disciplinas que buscam entender as redes do ciberespaço têm em comum é a concepção de que o fenômeno das redes sociais da internet só é possível por estarmos em uma ininterrupta interconexão com um número gradativamente maior de pontos ao redor do planeta. Na perspectiva de Malini e Antoun (2013), foi por meio das redes criadas na grande teia global de computadores e dispositivos que o ser humano pôde conquistar sua emancipação social e criar e discutir ideias entre inúmeras outras pessoas que antes jamais teriam contato.

Para autores como Costa et al, a rede “é uma forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia” (COSTA et al, 2003, p. 73), sendo dessa forma dinâmica, flexível e sem limites definidos. Já Lipnack e Stamps se atentam para o caráter unificador da rede. Para os autores,

“O que é novo no trabalho em redes de conexões é sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apoia a interdependência. O trabalho em redes de conexões pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal” (LIPNACK, STAMPS, 1992, p. 19, apud MARTELETO, 2001, p. 72).

Para Castells, essa revolução tecnológica da informação, alavancada por meio da reestruturação do capitalismo no final do século XX, fez nascer um mundo mais social. O autor enxerga que essa sociedade em rede é caracterizada “por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e

altamente diversificado” (CASTELLS, 2008, p. 17), que penetra em todos os níveis da escala social e tem se expandido para todo o mundo.

O autor já havia escrito sobre como tal fenômeno pode alterar profundamente os fluxos de informação, que, possibilitado pelas novas tecnologias, passam a exercer um papel mais importante que os próprios fluxos de poder (CASTELLS, 1999). Na perspectiva do pesquisador, estar localizado em um ponto estratégico de uma rede pode ser muitas vezes mais importante que estar em algum nível hierárquico, já que uma informação privilegiada teria mais chances de aparecer em uma grande e importante rede. O que Castells quer apontar é que em nossa sociedade, as redes não são apenas uma nova forma de organização social, mas se tornaram um traço-chave da morfologia social onde a informação é fator central para a produtividade econômica e interpessoal.

Na concepção de Santos e Silveira (2006) o mundo vive hoje na era do “tempo real”, já que uma informação pode ser transmitida instantaneamente a partir de qualquer ponto do planeta que esteja conectado à internet. Essa realidade, de acordo com os autores, fez surgir um novo modo de organização de trabalho, muito mais informatizado e que o alterou profundamente, dando a ele novas dinâmicas. Segundo os pesquisadores, é graças a informatização que “as redes aprimoram-se e a informação circula por elas fluidamente” (SANTOS, SILVEIRA, 2006, p. 98)

Alguns outros autores atentam para a velocidade com que a informação flui pelas redes do ciberespaço, por verem nela fortes pontos estratégicos por onde passam as relações de poder. Pesquisadoras como Tomaél et al (2005) acreditam que a necessidade de se informar é inerente ao ser humano e toda informação é uma ferramenta estratégica essencial para as organizações, além de mobilizar as redes e possibilitar o compartilhamento entre diferentes atores. Para elas,

“As interações, que movimentam as redes, são representadas por relações sociais, econômicas, de trabalho, etc., que, essencialmente, possibilitam o compartilhamento de informação e de conhecimento. Dependendo dos interesses que movimentam as interações na rede, esta pode ser seccionada em grupos que geralmente são profícuos para a própria rede, isto por mobilizarem atores que estejam envolvidos com uma temática específica. Favorecem, igualmente, ligações entre atores com o poder de direcionar os fluxos de informação a indivíduos que partilham de interesses comuns, proporcionando maiores condições para a inovação” (TOMAÉL et al, 2005, p. 102).

A criação de grupos em rede que se unem para a constituição de um bem comum produz como resultado algo que os pesquisadores chamam de capital social. Para Becker (1993), o capital social é uma variável que depende de todos em uma comunidade para ser construída e, por isso, não pode ser orquestrada por apenas um só indivíduo. Sendo assim, o autor define que “o efeito do meio social, um estoque de capital social dos indivíduos depende não primariamente de suas próprias escolhas, mas das escolhas de seus pares em sua rede relevante de interações” (BECKER, 1993, p. 12).

Raquel Recuero (2014) identifica que o capital social é um bem que necessita da rede para existir e o conceitua como sendo constituído nos valores que emergem das interações e dos laços sociais⁶, e que vão também, por sua vez, cimentar as estruturas sociais. Para a autora, fazer parte de uma rede social também adiciona valores aos indivíduos e para a própria rede – através de bens coletivos –, mas que podem ser apropriados de modo individual pelos seus contribuintes.

Ao observarem o funcionamento do capital social, Marteleto e Silva (2004) afirmam que “a construção de redes sociais e a consequente aquisição de capital social estão condicionadas por fatores culturais, políticos e sociais” (MARTELETO, SILVA, 2004, p. 44). Os autores afirmam, porém, que administrar com sucesso um conjunto de indivíduos tão plurais é um feito complicado e por isso a situação ideal é que o capital social de uma comunidade seja permeado por três aspectos importantes que precisam existir para o sucesso efetivo do grupo, sendo eles: a confiança e o comprometimento; a ampliação das fontes de informações e conhecimentos; e o acesso às instituições e ao poder.

Sobre as dificuldades encontradas por pesquisadores no momento da captura e interpretação desse capital, Marteleto e Silva (2004) afirmam que muito dessa complexidade se deve ao caráter multidimensional das redes, já que sua análise comporta a perspectiva de todos os indivíduos em uma comunidade. “Parte da dificuldade é atribuída ao fato de que o verdadeiro proprietário do capital social não é o indivíduo, mas

⁶ Aqui, Recuero (2014) trabalha com a ideia de “laços sociais”, que seriam as conexões entre os indivíduos, compreendidos por relações nas quais são trocadas informações, suporte emocional, contato e onde se constrói uma proximidade entre os perfis. São também compostos pelas interações que vão constituir elementos como confiança, intimidade e outros valores entre os atores sociais. São agrupados em “laços fortes” (caracterizados pela intimidade e confiança entre os indivíduos, pode ser associada aos amigos mais próximos) e “laços fracos” (dão conta das conexões mais distantes e sem muita intimidade entre os indivíduos de uma rede, mais associada aos conhecidos).

a comunidade, por intermédio da rede de relações existentes” (MARTELETO, SILVA, 2004, p. 45).

Apresentadas as discussões teóricas sobre redes sociais e o capital informacional delas proveniente, compreendemos que a internet alterou a percepção sobre o mundo e tudo que nos cerca, sendo um ponto de convergência da informação e do conhecimento. Todavia, se podemos entender que “a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente depois da internet, as relações sociais prescindem do espaço físico e do geográfico, elas ocorrem independentes do tempo e/ou do espaço” (TOMAÉL et al, 2005, p. 95), cabe-nos agora elucidar as questões inerentes ao território e como ele se caracteriza em uma sociedade tão interconectada como a atual.

Territórios múltiplos: conceituando territorialidades e seus desdobramentos

O conceito de território não é o mesmo desde quando foi usado pela primeira vez para definir a jurisdição de unidades governamentais (cidades livres, feudos ou reinos) durante o século XIV (GOTTMANN, 1975). Ao buscar ligar o conceito a uma noção de espaço onde se desenvolvem as relações de poder, Jean Gottmann chegou a apresentar o território como um recipiente que suporta o corpo político de um determinado governo. De acordo com o autor é verídico considera-lo como uma conexão ideal entre espaço e política que se transforma profundamente ao longo do tempo (GOTTMANN, 1975).

Haesbaert (2004) é um dos autores que mais vai se preocupar em definir e teorizar o território. Aproximando-se de Jean Gottmann, Haesbaert descreve que o conceito é muito ligado ao poder, tanto no entendimento político quanto no sentido simbólico. O autor salienta que podemos defini-lo pelas suas relações de poder, pela dimensão simbólica por ele atribuída, pelas intervenções sociais e até mesmo pela estruturação da subjetividade e identidade pessoal. O escritor, juntamente com Limonad, irá apontar que o território possui tanto uma abordagem subjetiva, que visa trabalhar com a consciência, apropriação e até mesmo identidade territorial, e uma abordagem mais objetiva, voltada a posse do espaço (em um sentido mais concreto) que é realizada por ações político-econômicas (HAESBAERT, LIMONAD, 2007).

Para autores como Magdaleno, além de ser esse espaço onde se desenrolam as relações entre indivíduos e poder, o território pode ser entendido como “o resultado da apropriação efetiva ou simbólica de uma porção do espaço por um determinado agente social” (MAGDALENO, 2010, p. 78). Na perspectiva do pesquisador, o território deve ser entendido não apenas como a base onde uma sociedade se desenvolve, mas também como mediador de sua própria existência, o que nos levaria a interpretá-lo como terreno onde as práticas sociais e as relações de poder se concretizam para que essas mesmas práticas possam existir.

Dito isso, podemos compreender que o território é inseparável do poder, “pois é criado e normatizado a partir do exercício simbólico e prático do poder no espaço, seja este o poder legalmente instituído ou não” (MAGDALENO, 2010, p. 79). Sendo assim, o território se faz graças a um processo de apropriação, é organizado e gerido por grupos e maleável em relação ao seu tamanho e as suas territorialidades.

Sobre a definição de territorialidade, podemos utilizar os preceitos de Sack (1986) que a conceitua como as estratégias utilizadas por grupos para controlar determinadas áreas, sempre ligado ao contexto social na qual estão inseridos e com o intuito de influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos. Como que para complementar o que Sack conceituou, Haesbaert (2014) defende que territorialidade é uma concepção maior que território, por comportar tanto a propriedade inerente a eles quanto que para os efetivá-los. Ou seja, a territorialidade é uma estratégia de poder, pois é através dessas estratégias territoriais que o poder se manifesta e as metas dos grupos que o exercem podem ser concluídas (MAGDALENO, 2010).

Conceituar território e territorialidade também nos faz buscar entender o que é o espaço. Para Raffestin (2008) ambos não são nem termos equivalentes nem sinônimos, pois para o autor é essencial entender que “o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível” (RAFFESTIN, 2008, p. 26).

Utilizando-se das definições dadas por Raffestin, Staloch e Reis (2015) compreendem assim que a base do território é a natureza e o espaço “onde o homem transforma a partir do seu trabalho, sua intervenção, afirmando que a natureza não produz;

ela cria e somente o homem é capaz de produzir através do trabalho” (STALOCH, REIS, 2015, p. 33). Ou seja, são os modos de produção de cada sociedade que serão determinantes para a produção do espaço, sendo o trabalho e as relações de poder os responsáveis por modificar uma extensão territorial.

Compreendemos assim que o território está sempre em constante transformação e com a ajuda de autores como Haesbaert (2004), Lemos (2007), Sack (1986), Shields (1992) e outros que ainda veremos neste trabalho, conseguimos definir a desterritorialização como algo natural e possível a toda territorialidade. Utilizando-se da noção proposta por Guatarri e Rolnik (1986), Haesbaert (2004) simplifica, em um primeiro momento, o processo desterritorializante como um movimento de fuga, abandono e modificador do território, que provoca o enfraquecimento ou diminuição das fronteiras graças ao aumento da fluidez e mobilidade da sociedade, da economia e da informação.

Com um pensamento semelhante ao de Haesbaert, André Lemos (2007) estabelece que, se criar um território é controlar os processos que acontecem no interior de suas extensões, desterritorializar é, por sua vez, “se movimentar nessas fronteiras, criar linhas de fuga, ressignificar o inscrito e o instituído” (LEMOS, 2007, p. 280). Ao perceber que essas fronteiras ganharam um novo sentido a partir dos processos desterritorializantes, Shields (1992) vai sustentar que essa mudança se deu na medida em que o pós-modernismo foi se estabelecendo nas sociedades e as tecnologias da comunicação começaram a desenvolver-se. Na perspectiva do autor,

“(…) fronteiras podem ter-se tornado mais do que linhas que definem o que está cercado daquele que não está, o ordenado do não-ordenado, ou o conhecido do desconhecido. Fronteiras marcam o limite onde a ausência se torna presença. Mas tais fronteiras parecem estar se dissolvendo. Elas aparecem menos como barricadas impermeáveis e mais como limiares, ‘limen’ através dos quais tomam lugar as comunicações e onde as coisas e pessoas de diferentes categorias – local e distante, nativo e estrangeiro etc. – interagem” (SHIELDS, 1992, p. 195 apud HAESBAERT, 2004, p. 168-169)

Ao mesmo tempo em que um território se desterritorializa, ele se reterritorializa, ou seja, recria-se e se recupera em um processo que é indissociável um do outro. Sendo assim, Haesbaert (2004) acredita que os territórios não estão desaparecendo – como diziam alguns teóricos no passado –, mas sim modificando-se continuamente ao passar

do tempo, mudando de lugar e adquirindo um outro sentido em suas relações a partir dessas mudanças. Para o autor, a desterritorialização é muito mais do que representar a extinção de uma zona territorial, pois “relaciona-se com uma recusa em reconhecer ou uma dificuldade em definir o novo tipo de território, muito mais múltiplo e descontínuo, que está surgindo” (HAESBAERT, 2004, p. 143).

A esse múltiplo território o autor vem denominar de multiterritorialidade, que seria a possibilidade de acessar e se interconectar com variados territórios a partir do deslocamento físico ou digital, permitindo, deste modo, estar ao mesmo tempo em diferentes territorialidades sem precisar haver um deslocamento físico, o que é admitido graças as facilidades do ciberespaço (HAESBAERT, 2004). Esse deslocamento permite aos sujeitos fazerem parte de mais de um conglomerado social, isto é, frequentarem e se sentirem pertencentes a múltiplos espaços territoriais. Afinal, como aponta Saquet (2015), “o território é uma construção coletiva e multidimensional, com múltiplas territorialidades” (SAQUET, 2015, p. 77).

Sendo assim, o ciberespaço é responsável por nos levar a conhecer diversos territórios sem precisarmos sair dos locais onde habitamos. É o sociólogo Manuel Castells (1999) quem irá trabalhar com o elo entre a internet e o território. De acordo com Castells, esse novo meio de comunicação mundial é responsável por abraçar e incluir todas as expressões culturais, graças a sua qualidade multimodal, sua versatilidade e diversidade. Para o pesquisador, a rede mundial de computadores e dispositivos consegue alterar de forma fundamental a cultura ao viabilizar o contato com as experiências socioculturais, econômicas e políticas de outras sociedades.

Por também trabalhar com a ligação entre internet e território, Lemos (2007) disserta que as novas tecnologias e dispositivos móveis permitem às pessoas exercerem um maior controle sobre o espaço e o tempo, além de também serem ferramentas desterritorializantes. Dessa forma, o autor aponta que “as tecnologias de comunicação móveis são tidas como desterritorializantes, instituintes de processos nômades, justamente por criar deslocamentos de corpos e informação”, onde o nômade é o “desterritorializado absoluto” (LEMOS, 2007, p. 285). Sendo assim,

“A internet é, efetivamente, máquina desterritorializante sob os aspectos político (acesso e ação além de fronteiras), econômico (circulação financeira mundial), cultural (consumo de bens simbólicos mundiais) e subjetivo (influência global na

formação do sujeito”. (...) “A cibercultura é uma cultura da desterritorialização” (LEMOS, 2007, p. 282).

É por meio dessas novas articulações territoriais, que têm o ciberespaço como principal fomentador, que surgem os territórios-rede “onde o mais importante é ter acesso aos pontos de conexão que permitem ‘jogar’ com a multiplicidade de territórios existentes, criando assim uma nova territorialidade” (HAESBAERT, 2004, p. 345), onde tal multiplicidade pode ser entendida como resultado das dinâmicas sociais constituídas a partir do território-rede. Ao utilizar-se dos conceitos definidos por Haesbaert (2004), Fuini (2017) vai abordar que:

“Os territórios-rede se configuram como descontínuos, dinâmicos, móveis e suscetíveis a sobreposições e que, na lógica do desenraizamento, sobrepõe os territórios-zona, mais tradicionais e associados à continuidade/contiguidade espacial de áreas e fronteiras demarcadas e com grupos enraizados. Os territórios-rede seriam, ao mesmo tempo, um indicativo de desterritorialização e um conduto da reterritorialização” (FUINI, 2017, p. 25).

Ao mesmo tempo em que desterritorializa, o ciberespaço reterritorializa. Esse processo de ressignificação e constituição de territórios ocorre, no ponto de vista de Lemos, pois “o ciberespaço é, ao mesmo tempo, lócus de territorialização (mapeamento, controle, máquinas de busca, agentes, vigilância) mas também de reterritorialização (blogs, chats, P2P, tecnologias móveis)” (LEMOS, 2007, p. 290). Da mesma forma, Bicalho e Morais (2016) acreditam que a territorialização possibilitada pelo ciberespaço não implica no abandono do território onde um sujeito está inserido. “Nesse sentido, entende-se que pode haver desterritorialização e reterritorialização, e que, nesse movimento, ocorre a multiterritorialidade” (BICALHO, MORAIS, 2016, p. 17). O que acontece é o não abandono do território, e sim sua reestruturação.

As discussões acima discutidas ajudam a entender as questões sobre a transformação da noção de território após o aparecimento das ferramentas da internet, porém ainda nos é necessário buscar uma abordagem que evidencie e explique melhor essa sintonia indissociável entre redes, territorialidades e suas multiterritorialidades. É Weissberg (2004) quem irá trabalhar essas questões, por perceber que o espaço físico e o espaço virtual não competem entre si, mas se complementam e proporcionam a realidade que hoje estamos habituados a viver. Ao utilizar como exemplo o sistema de mapas digitais, onde qualquer pessoa pode saber sua atual localização apenas entrando em um

aplicativo com GPS, Weissberg (2004, p. 121) vai afirmar que “com a exibição da localização, o mapa geográfico retoma seus direitos, combinando, assim, espaço físico e espaço informacional”, ou seja, “a rede vence o território sem o subjugar”, saindo de seu esquematismo.

Dessa forma, o pesquisador trabalha com um outro olhar sobre a desterritorialização do físico para com o virtual, no que conclui que “a rede não dissolveria, portanto, a noção de lugar, mas a retrabalharia, misturando onipresença física e pluripresença mediatizada” (WEISSBERG, 2004, p. 121). A partir de suas conceituações podemos pensar criticamente a respeito da internet não apenas como o território que compreendemos na geografia, mas como lugar: espaços digitais, compartilhados pelos sujeitos que neles constroem suas bases discursivas e sociais, onde cada site disponibilizado no ciberespaço torna-se um lugar digital (Facebook, Twitter, Reddit seriam alguns exemplos desses lugares). Sendo assim, se antes da internet as pessoas habitavam os espaços territoriais de forma presencial, ou seja, estando presentes em apenas um lugar por vez, hoje com o ciberespaço elas podem estar ao mesmo tempo em qualquer local, seja presencialmente ou midiaticamente em algum lugar digital.

Conclusão

O presente trabalho buscou apresentar as noções conceituais sobre rede e território, bem como outras teorizações implícitas a cada uma delas. Percebemos como o fenômeno das redes no ciberespaço amplificou nosso contato com o mundo, contribuindo para uma ressignificação dos territórios e para o nascimento de novas territorialidades híbridas que unem o espaço físico e o virtual, o que permitiu o avanço de algumas metodologias específicas dessas áreas.

Foi o advento da internet que reformulou tal relação que os indivíduos tinham com o território e a tecnologia, a comunicação e diferentes territorialidades e culturas, o que ajudou a criar a sociedade em rede (CASTELLS, 1999) na qual o mundo está atualmente imerso. A medida que a comunicação sem fio e todo um universo de dispositivos que não mais necessitavam estar atrelados a cabos e carregadores começou a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, mobilizações sociopolíticas adotaram a plataforma de

comunicação da internet para aumentar sua autonomia em relação aos governos e à grande mídia (CASTELLS, 2013).

Como acredita Haesbaert (2004), a comunicação mediada pelo computador e outros dispositivos conectados à internet revolucionou a formação de territórios pela configuração de redes, construindo espaços descontínuos e fragmentados. Nessa concepção globalizada, territorializar-se significa “construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p.280).

A internet expõe em nível mundial as culturas de todos que estão nela inseridos, o que contribuiu para multiplicar a conexão entre sujeitos e tornar possível o acesso instantâneo à informação. Essa interconexão de todos com todos “vem apagando as fronteiras, encurtando as distâncias geográficas e gerando processos de desterritorialização, reterritorialização e multiterritorialidade” (BICALHO E MORAIS, 2016, p. 15). Podemos, dessa forma, compreender o ciberterritório criado pela interconexão dos sujeitos em rede como “o espaço, não-físico, de interação social, assim como no território físico, porém, mediado pelas redes e conexões no ciberespaço, onde se inserem os diálogos, as mobilizações, as ações e os conflitos inerentes de uma sociedade” (STALOCH, REIS, 2015, p. 50).

A ciberterritorialidade é, finalmente, a responsável por fomentar a criação de capital social riquíssimo em pluralidade e discussões a respeito de diferentes pontos de vista, onde a informação e a busca pelo contato com outrem tornam-se grandes mobilizadoras dos territórios-rede e de suas transformações. Foi por meio desses fenômenos que a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS, em inglês: *social network analysis*), por exemplo, pôde ser trabalhada e desenvolvida, onde redes e territórios se correlacionam com métodos de análise, avaliação e visualização de dados, criando, assim, interpretações que antes não eram possíveis sobre os espaços que habitamos, sejam eles físicos ou digitais.

Referências bibliográficas

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In.: FELDEMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos**. São Paulo: Global, 1987, p. 223.

BECKER, G. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. 3. ed. Chicago: Chicago University Press, 1991.

BICALHO, M. G. P.; MORAIS, Rossana C. R. **Ciberespaço e Território: construção de uma discussão interdisciplinar**. Florianópolis: Revista PerCursos, v. 17, n. 34, maio/ago. 2016, p. 05-23.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da Identidade**. São Paulo. Paz e Terra. Volume 2. 8ª Edição. 2008.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COLONOMOS, A. Emergence d'un objet et perspectives internationalistes. In.: Charillon, F. et al. **Sociologie des réseaux transnationaux**. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

FUINI, L. L. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia, Ensino & Pesquisa, vol. 21, n.1, 2017, p. 19-29.

GOTTMANN, J. **The evolution of the concept of territory**. Social Science Information, v14, n. 3, ago. 1975, p. 29-47.

HAESBAERT, R. C. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Definindo território para entender desterritorialização. In Santos, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. Etc... espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2(4), ago. 2007, p. 39-52.

LEMONS, A. Ciberespaço e Tecnologias Móveis. Processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura. In Médola, A. S.; Araújo, D; Bruno, F. (Orgs.), **Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007, p. 277-293.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIPNAK, J.; STAMP, J. **Networks, redes de conexão: pessoas conectando-se com pessoas**. São Paulo: Aquarela, 1992.

MAGDALENO, F. S. **A territorialidade da representação política:** vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses. São Paulo: Annablume, 2010.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua:** ciberativismo e mobilizações nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARTELETO, R. M. **Redes sociais, mediação e apropriação de informações:** situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em ciência da informação. *Pesq. bras. ci. inf.*, Brasília, v.3, n.1, jan./dez. 2010, p.27-46.

_____. **Análise de redes sociais:** aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local.** *Ci. Inf.*, Brasília, v. 33, n. 3, set./dez. 2004, p. 41-49.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In M.A. Saquet, **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

RECUERO, R. Redes sociais. In A. Citelli et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores/organizadores.** São Paulo: Contexto, 2014.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In L.C. Dias & M. Ferrari, **Territorialidades humanas e redes sociais.** Florianópolis: Insular. 1986.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.**

9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. **Territórios e territorialidades.** Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SHIELDS, R. **A truant proximity:** presence and absence in the space of modernity. *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 10, 1992.

SOUZA, Q. R; QUANDT, C. O. Metodologia de Análise de Redes Sociais. In: F. Duarte; C. Quandt; Q. Souza. (Org.). **O Tempo das Redes.** São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31-63.

STALOCH, R.; REIS, C. **A mediação das relações sociais nas redes sociais virtuais:** do ciberespaço ao ciberterritório. *Estudos em Comunicação*, nº 20, dez. 2015, p. 31-52.

TOMAÉL, M. I. et al. **Das Redes sociais à inovação.** *Ci. inf.*, Brasília, v. 34, n. 2, maio/ago. 2005, p. 93-104.